

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC - PR 051818/O-7
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 112.027 mil, aumento de 18,59% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015, R\$ 23.861 mil, com evolução de 12,04% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 25.914 mil, representando 99,72% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D", totalizaram R\$ 52 mil, compondo 0,20% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 20 mil ou 0,08% do total. (Nota 5 c)

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 109.126 mil em dezembro de 2015, com incremento de 18,78% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 95.837 mil, com crescimento de 24,42% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram redução de 20,20% em doze meses e totalizaram R\$ 6.704 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 6.538 mil, tendo um aumento de 2,04% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do Bacen, o Banco Cooperativo Sicredi S.A possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi S.A. está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	93.201	77.912	CIRCULANTE	10.872	14.373
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	280	223	DEPÓSITOS (NOTA 08)	7.924	11.746
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	84.096	69.570	Depósitos à Vista	6.704	8.401
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	84.096	69.570	Depósitos a Prazo	1.220	3.345
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	6.513	6.216	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	1
Operações de Crédito	6.569	6.248	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(56)	(32)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	47	34
OUTROS CRÉDITOS	2.311	1.903	Recursos em Trânsito de Terceiros	47	34
Rendas a Receber	63	36	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 09)	473	466
Diversos (NOTA 06)	2.263	1.876	Empréstimos País - Outras Instituições	473	466
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(15)	(9)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.428	2.126
OUTROS VALORES E BENS	1	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1	2
Despesas Antecipadas	1	-	Sociais e Estatutárias	46	220
			Fiscais e Previdenciárias	53	111
			Diversas (NOTA 10)	2.328	1.793
NÃO CIRCULANTE	18.826	16.550	NÃO CIRCULANTE	94.617	73.682
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.205	14.974	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	94.617	73.682
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	17.205	14.974	DEPÓSITOS (NOTA 08)	94.617	73.682
Operações de Crédito	17.292	15.049	Depósitos a Prazo	94.617	73.682
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(87)	(75)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.538	6.407
PERMANENTE	1.621	1.576	CAPITAL SOCIAL (NOTA 12)	4.285	3.984
INVESTIMENTOS (NOTA 07a)	1.404	1.404	De Domiciliados no País	4.286	3.989
Outros Investimentos	1.404	1.404	(Capital a Realizar)	(1)	(5)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07b)	89	78	RESERVAS DE SOBRAS	2.153	2.107
Outras Imobilizações de Uso	162	145	SOBRAS ACUMULADAS	100	316
(Depreciação acumulada)	(73)	(67)			
INTANGÍVEL (NOTA 07b)	128	94			
Outros Ativos Intangíveis	230	176			
(Amortização acumulada)	(102)	(82)			
TOTAL DO ATIVO	112.027	94.462	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112.027	94.462

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.239	-	2.239	4.139	7	4.146	4.358	-	4.358
Operações de Crédito	2.239	-	2.239	4.139	7	4.146	4.358	-	4.358
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.015)	(4)	(6.019)	(10.779)	(8)	(10.787)	(7.253)	(4)	(7.257)
Operações de Captação no Mercado	(5.989)	(3)	(5.992)	(10.683)	(6)	(10.689)	(7.191)	(2)	(7.193)
Operações de Empréstimos e Repasses	(31)	(1)	(32)	(54)	(2)	(56)	(46)	(2)	(48)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5	-	5	(42)	-	(42)	(16)	-	(16)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.776)	(4)	(3.780)	(6.640)	(1)	(6.641)	(2.895)	(4)	(2.899)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.930	116	4.046	6.866	250	7.116	3.268	291	3.559
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10	247	257	17	476	493	18	408	426
Rendas de Tarifas Bancárias	3	-	3	6	-	6	7	-	7
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(506)	(20)	(526)	(954)	(38)	(992)	(870)	(35)	(905)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(424)	(175)	(599)	(802)	(197)	(999)	(646)	(64)	(710)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3)	(12)	(15)	(5)	(24)	(29)	(1)	(20)	(21)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 14)	5.193	87	5.280	9.276	56	9.332	6.573	26	6.599
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 15)	(343)	(11)	(354)	(672)	(23)	(695)	(1.813)	(24)	(1.837)
RESULTADO OPERACIONAL	154	112	266	226	249	475	373	287	660
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8)	-	(8)	(8)	-	(8)	16	-	16
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	146	112	258	218	249	467	389	287	676
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	(14)	(14)	-	(79)	(79)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(7)	(7)	-	(40)	(40)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(7)	(7)	-	(39)	(39)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	146	112	258	218	235	453	389	208	597
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	235	(235)	-	117	(117)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	146	112	258	453	-	453	506	91	597
DESTINAÇÕES	-	-	-	(353)	-	(353)	(190)	(91)	(281)
Juros Sobre o Capital Próprio (Nota 12 b)	-	-	-	(299)	-	(299)	-	-	-
Fates - Estatutário (Nota 12 c)	-	-	-	(8)	-	(8)	(25)	-	(25)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(91)	(91)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 12 c)	-	-	-	(46)	-	(46)	(146)	-	(146)
Reserva Legal - Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	(19)	-	(19)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	100	-	100	316	-	316

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris

CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	3.670	1.942	522	6.134
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	392	-	(522)	(130)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	64	-	-	64
Baixas de capital	(142)	-	-	(142)
Resultado do período	-	-	597	597
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(25)	(25)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(91)	(91)
Reserva Legal - Estatutária	-	146	(146)	-
Reserva Legal - Ganhos de Capital	-	19	(19)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	3.984	2.107	316	6.407
Mutações do Período	314	165	(206)	273
Saldos no início do período em 01/01/2015	3.984	2.107	316	6.407
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(316)	(316)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	73	-	-	73
Baixas de capital	(69)	-	-	(69)
Resultado do período	-	-	453	453
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 12 c)	-	-	(8)	(8)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 12 c)	-	46	(46)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12 b)	297	-	(299)	(2)
Saldos no fim do período em 31/12/2015	4.285	2.153	100	6.538
Mutações do Período	301	46	(216)	131
Saldos no início do período em 01/07/2015	3.978	2.107	195	6.280
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	29	-	-	29
Baixas de capital	(19)	-	-	(19)
Resultado do período	-	-	258	258
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 12 c)	-	-	(8)	(8)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 12 c)	-	46	(46)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12 b)	297	-	(299)	(2)
Saldos no fim do período em 31/12/2015	4.285	2.153	100	6.538
Mutações do Período	307	46	(95)	258

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi
Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	224	503	496
Resultado do exercício	258	453	597
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(34)	50	(101)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(9)	35	15
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	4	7	1
Depreciação do imobilizado de uso	11	19	16
Amortização do intangível	12	20	19
Baixas do ativo permanente	3	3	1
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	-	(21)
Destinações ao FATES	(8)	(8)	(116)
Dividendos SicrediPar	(47)	(26)	(16)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	9.520	14.483	9.960
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	53	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	423	(2.564)	(2.819)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(337)	(1)	1
(Aumento) Redução em outros créditos	(201)	(387)	(196)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	12	(1)	-
Aumento (Redução) em depósitos	10.035	17.114	12.798
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(722)	13	(5)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	31	8	26
Absorção de dispêndios pelo FATES	(130)	(219)	(93)
(Redução) Aumento em outras obrigações	356	520	248
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	9.744	14.986	10.456
Aquisição de Investimentos	-	-	(76)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(29)	(35)	(39)
Aplicações no Intangível	(24)	(54)	(30)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(53)	(89)	(145)
Integralização de capital	29	73	64
Baixa de capital	(19)	(69)	(142)
Juros ao capital próprio	(2)	(2)	-
Distribuição de Sobras	-	(316)	(130)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8	(314)	(208)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	9.699	14.583	10.103
Caixa e equivalente de caixa no início do período	74.677	69.793	59.690
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	84.376	84.376	69.793

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi CredJuris, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/09/2001 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

j) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

k) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	280	223
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	84.096	69.570
Total	84.376	69.793

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	6.569	17.292	23.861	21.297
Carteira total	6.569	17.292	23.861	21.297

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	35	1.716	4.818	17.292	23.861	21.297
Total	35	1.716	4.818	17.292	23.861	21.297

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	25.667	23.069	128	115
Nível B	1,00	130	14	1	-
Nível C	3,00	117	-	4	-
Nível D	10,00	52	4	5	-
Nível H	100,00	20	-	20	-
Total (i)		25.986	23.087	158	115

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 25,19% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	2.125	-	2.125	1.790
Total	2.125	-	2.125	1.790

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, informamos que a Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris não apresenta operações renegociadas, lançadas contra prejuízo ou recuperadas de prejuízo no decorrer dos exercícios de 2014 e 2014.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	-	-	-	7
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	56	-	56	60
Devedores por depósitos em garantia	8	-	8	6
Impostos e contribuições a compensar	4	-	4	-
Títulos e créditos a receber	2.125	-	2.125	1.790
Devedores diversos - País	70	-	70	13
Total	2.263	-	2.263	1.876

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	788	788
Sicredi Participações S.A. (i)	615	615
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	1.404	1.404

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	199.274 ON	199.274 ON	1	1	788.035	788.035
	415.727 PN	415.727 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,08%	0,08%	0,72%	0,74%	0,51%	0,52%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio Líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	615	615	1	1	788	788

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	7	(3)	4	4
Móveis e equipamentos de uso	10%	78	(26)	52	32
Sistema de comunicação	10%	17	(9)	8	9
Sistema de processamento de dados	20%	53	(34)	19	24
Sistema de segurança	10%	7	(1)	6	9
Imobilizado de Uso (i)	-	162	(73)	89	78

Intangível (ii)		230	(102)	128	94
Investimentos Confederação		230	(102)	128	94
Total		392	(175)	217	94

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 08 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			Total	31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	6.704	-	-	6.704	8.401
Depósitos a prazo	299	921	94.617	95.837	77.027
Total	7.003	921	94.617	102.541	85.428

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	473	-	473	466
Cooperativa Central Sicredi	473	-	473	466
Total	473	-	473	466

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Provisão para pagamentos a efetuar	385	-	385	211
Provisão para passivos contingentes (i)	7	-	7	7
Credores diversos - país (ii)	1.936	-	1.936	1.575
Total	2.328	-	2.328	1.793

valores em milhares de Reais

(i) Registros detalhados na Nota 11 - Passivos Contingentes.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	887	719
Agenda cartão Visa a pagar	950	813
Outros	99	43
Total	1.936	1.575

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	7	-	-	7
Total	7	-	-	7

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	7	7	7
Total		7	7	7

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	4.285	3.984
Total de associados	1.129	1.061

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,5% em Capital, no montante de R\$ 299 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito Mútuo e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 30% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03 c)	84.096	69.570
Diversos	62	64
Investimentos (Nota 07a)	788	788
Intangível (Nota 07b)	128	94
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 09)	473	466
Provisões para pagamentos a efetuar	30	22
Credores Diversos	8	14
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 14)	8.968	6.372
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	57	48
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	78	67
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 15)	420	390

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	84	1,25%	128
Pessoas físicas	84		128
Depósitos a prazo	2.420	2,53%	2.315
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	2.420		2.315
Operações de crédito	46	0,19%	131

valores em milhares de Reais

NOTA 14 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 8.911 mil (R\$ 6.324 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 15 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 279 mil (R\$ 240 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 65 mil (R\$ 80 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 79 mil (R\$ 93 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 16 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 17 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Wilson José Galheira
Presidente
CPF: 763.602.969-34

José de Andrade Faria Neto
Vice Presidente
CPF: 005.939.409-97

Nilton Barboza Bus
Contador
CRC: PR-045208/O-2
CPF: 651.467.519-00